

## História indígena e arqueologia: Uma reflexão a partir dos estudos sobre os Jê Meridionais

Fabiola Andréa Silva \*  
Francisco Silva Noelli \*\*

SILVA, F.A.; NOELLI, F.S. História indígena e arqueologia: Uma reflexão a partir dos estudos sobre os Jê Meridionais. R. Museu Arq. Etn., 27: 5-20, 2016.

**Resumo:** Este artigo trata da história recente da pesquisa arqueológica, no campo interdisciplinar de pesquisas sobre os povos Jê Meridionais. Trata-se também de uma reflexão sobre o impacto da teoria do degeneracionismo nos fundamentos da arqueologia praticada na região sul do Brasil e sobre as possibilidades de novos temas de investigação sobre os povos Jê Meridionais.

**Palavras-chave:** Jê Meridionais; Arqueologia; Antropologia; Interdisciplinaridade; História da Ciência.

Nas primeiras décadas do século XX a arqueologia no continente americano tratou das histórias indígenas do período do contato colonial, estudando principalmente, os sítios que evidenciavam o encontro entre povos indígenas e colonizadores europeus. Procurava-se entender como foram as relações entre esses diferentes coletivos humanos e, na maioria das vezes, os povos indígenas eram considerados vítimas do colonialismo. Em vista desta perspectiva, aos encontros coloniais foram atribuídos, por um lado, o desaparecimento de alguns povos indígenas e, por outro, as perdas culturais e a aculturação daqueles que sobreviveram (Lightfoot 1995; Funari, Hall & Jones 1999; Rubertone 2000).

No entanto, com o advento da arqueologia do colonialismo e da arqueologia histórica

indígena, na segunda metade do século XX, e a incorporação de novos aportes teóricos, o estudo das histórias indígenas americanas, dentre vários temas, vem sendo direcionado para o entendimento da complexidade e da brutalidade das experiências vividas por esses povos frente ao colonialismo. Várias investigações foram desenvolvidas para mostrar: 1) a pluralidade e as especificidades históricas e locais do colonialismo; 2) as estratégias de interação e de resistência dos povos indígenas ao longo deste processo caracterizado por tentativas de dominação econômica e social (p. ex. Silliman 2001, 2005, 2009; Oliver 2010). Ao se debruçar nas questões relacionadas à expansão mercantilista e aos projetos colonialistas europeus, a arqueologia procura compreender a dialética entre os diferentes mecanismos de dominação europeia e resistência indígena que atuaram neste período e as consequências disso, até os dias de hoje, no que se refere à expansão do capitalismo e ao neo-colonialismo (Funari, Hall & Jones 1999).

(\*) Docente e pesquisadora do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. <faandrea@usp.br>

(\*\*) Professor aposentado da Universidade Estadual de Maringá. <chico.noelli@gmail.com>

Um aspecto fundamental desta nova agenda de pesquisas é a crítica ao pressuposto de que as populações indígenas se comportaram passivamente frente aos projetos colonialistas das nações europeias. Cada vez mais fica evidente que, ao contrário de sucumbirem, a maioria dos povos indígenas reelaborou suas identidades e tradições culturais a partir do contato com os europeus. Assim, o modelo explicativo da aculturação foi repassado pela noção de agência indígena (Silliman 2001, 2009). Incorporando a noção de história indígena de longa duração, e procurando romper com a dicotomia entre pré-história e história pós-colonial, essas pesquisas destacam a complexidade dos processos de continuidade e transformação das identidades e dos modos de vida dos povos indígenas (Lightfoot 1995). Paralelamente, os arqueólogos estão comprometidos com a construção de uma narrativa mais inclusiva e não-eurocêntrica sobre as formas de colonialismo no continente americano e sobre as trajetórias culturais dos povos nativos.

Além disso, em diferentes lugares são desenvolvidas pesquisas arqueológicas sobre o passado recente das populações indígenas. Elas tratam de forma crítica as fontes e interpretações históricas e mostram a relevância dos relatos orais dos povos indígenas, para a compreensão das suas etnohistórias e dinâmicas culturais frente ao neocolonialismo e à expansão capitalista. Elas também têm procurado ressaltar que o encontro entre as perspectivas históricas, etnográficas, linguísticas e arqueológicas pode trazer aportes diversificados e complementares ao entendimento das questões relacionadas com as trajetórias históricas e culturais dos povos indígenas (Lightfoot 1995; Rubertone 2000; Colwell-Chanthaphon & Ferguson 2006; Ferguson & Colwell-Chanthaphon 2008; Silliman 2008; Oliver 2010; Flexner 2014; Silva & Noelli 2015). Para além das analogias etnográficas, a relação entre os diferentes dados é feita para ressaltar uma história indígena onde não há rupturas, mas continuidades, transições e transformações culturais, desde o período pré-colonial até hoje (Lightfoot 1995; Silliman 2001, 2005, 2009).

Este tipo de perspectiva de pesquisa também se aplica aos povos Jê meridionais. Cabe lembrar que nas últimas décadas, vários pesquisadores se dedicaram a investigar as suas trajetórias culturais, a partir de diferentes pontos de vista teórico-metodológicos e disciplinares, gerando dados muito diversificados e ampliando o conhecimento sobre as suas dinâmicas culturais ao longo do tempo.

### **1. Uma agenda de pesquisa sobre os povos Jê meridionais**

Na década de 1994-2004, um grupo de professores universitários, alunos de graduação e pós-graduação e pesquisadores independentes reuniu-se diversas vezes em eventos científicos, no Grupo de Trabalho (GT) “Estudos Interdisciplinares dos Jê do sul”, com o objetivo de ampliar a agenda de investigações sobre esses povos. A partir de uma perspectiva interdisciplinar o GT propôs trocar informações, debater resultados e articular linhas de pesquisa em comum, para ter maior eficiência e ampliar ao máximo a produção de conhecimento sobre a trajetória cultural destes povos desde o período pré-colonial até o presente etnográfico. A perspectiva daquele momento era superar o arraigado isolamento e a falta de comunicação, evidentes na produção bibliográfica anterior à década de 1990, entre pesquisadores das diversas disciplinas envolvidas na pesquisa sobre os Jê do sul. Também se procurava novos caminhos para envolver e atrair os Kaingang e os Xokleng na produção de conhecimento sobre os seus modos de vida e histórias, a partir dos seus próprios regimes de conhecimento e de historicidade.

As publicações que resultaram dos encontros do GT foram várias (livros, artigos, capítulos de livros, dissertações e teses), divulgando grande parte das ideias e perspectivas lançadas e debatidas. A linha mestra do posicionamento intelectual defendido pelo GT foi publicada nas apresentações de três livros que são coletâneas de artigos produzidos pelos seus participantes: 1) *Bibliografia Kaingang. Referências sobre um povo Jê do Sul do Brasil* (Noelli et al. 1998);

2) *Uri e Wáxi. Estudos Interdisciplinares dos Kaingang* (Mota, Noelli & Tommasino 2000); 3) *Novas Contribuições aos Estudos Interdisciplinares dos Kaingang* (Tommasino, Mota & Noelli 2004). A maioria dos pesquisadores, de uma maneira ou outra, também teve um envolvimento político com as causas a favor da autodeterminação Kaingang e Xokleng, participando de “inúmeras atividades governamentais e não governamentais relacionadas com a demarcação de terras, com a retomada de áreas de onde eles foram expulsos, com a educação indígena, com a saúde, com a retomada e a manutenção das práticas e ritos tradicionais e com a defesa dos ecossistemas dentro e fora das terras indígenas tuteladas pela FUNAI” (Tommasino, Mota & Noelli 2004).

Naquele momento o GT levantou e debateu várias questões: 1) a correlação entre as diferentes tradições arqueológicas (Taquara, Itararé e Casa de Pedra) e os povos Jê meridionais historicamente conhecidos; 2) a relação linguística entre os Kaingang e Xokleng e com as demais populações Jê setentrionais; 3) o problema dos chamados vazios demográficos e a escassez de estudos históricos sobre o colonialismo e a expansão capitalista nos territórios tradicionalmente ocupados por essas populações indígenas; 4) as diferentes referências históricas sobre os povos não Tupi meridionais em termos da sua denominação representada nas fontes escritas (p.ex. cabeludos, botocudos, gualachos, chiquis); 5) a relação dos povos Jê meridionais com os povos Tupi meridionais; 6) a relação dos povos Jê meridionais com as práticas de uso e manejo de plantas; 7) a dinâmica de ocupação territorial e os sistemas de assentamento dos Jê meridionais; 8) as tecnologias de produção e uso da sua cultura material, ao longo do tempo; 9) a necessidade de se buscar novos problemas e temas de pesquisa de relevância para esses povos na atualidade.

Uma história da pesquisa, dos temas e dos problemas relativos à arqueologia dos Jê meridionais foi por nós publicada (Noelli 1996, 1999, 1999-2000, 2000, 2004, 2005; Silva 1999, 2000; Silva & Noelli 1996). Também refletimos sobre os temas elencados acima e, ao mesmo tempo, reforçávamos a importância do

conhecimento da história das ideias como fator fundamental para avançar e formular novas pesquisas. Ou seja, defendíamos o princípio de que o conhecimento somente poderia avançar a partir da construção de um diálogo crítico com a produção científica anterior, revisando, reforçando ou abandonando ideias e pressupostos por ela definidos. Considerávamos – e ainda consideramos – que era antiético e anticientífico ignorar o que foi produzido por outros pesquisadores sobre os Jê meridionais, independentemente das suas teorias, metodologias e posicionamentos políticos, como ainda é possível observar em várias publicações do século XXI. Fundamentalmente, nosso objetivo era propor a busca por uma erudição interdisciplinar e incentivar que os *gaps* entre os conteúdos das várias disciplinas fossem superados e que se fizesse um esforço – com uma perspectiva “americanista” – para elaborar uma síntese de abrangência temática e geográfica mais ampla dos problemas. Uma nova síntese de viés arqueológico que pudesse substituir o nível mais básico atingido pelas sínteses do século XX, cujo objetivo geral dos autores foi procurar compreender e definir o registro material relativo às tradições Taquara e Itararé e a sua dispersão espacial (Schmitz 1988; Brochado 1984; Prous 1992) e suas relações com as populações historicamente conhecidas (Miller 1978; Noelli 1999, 1999-2000).

Várias dessas questões do GT ainda estão em pauta, juntamente com outras que foram introduzidas nesta última década, nos novos projetos desenvolvidos para revisitar os “velhos” problemas levantados desde o início das pesquisas. No âmbito da pesquisa arqueológica houve um aumento no número de pesquisadores, de projetos com novas perspectivas teórico-metodológicas e, conseqüentemente, uma qualidade e quantidade maior de coleta de dados e análise de informações em campo e laboratório – tanto em nível local (intra-sítio) quanto regional (inter-sítio). Estamos mais próximos de compreender como era o padrão de implantação na paisagem, o sistema de assentamento, a monumentalidade, a subsistência, os modos de produção e utilização da cultura material e alguns aspectos da vida ritual desses povos Jê.

No entanto, precisamos continuar desenvolvendo a pesquisa e investindo com maior vigor no diálogo interdisciplinar, na criação de bancos de dados públicos e nas abordagens colaborativas, em temas ainda pouco explorados como, por exemplo: 1) as histórias de formação dos territórios ocupados pelas populações indígenas no sul e sudeste do Brasil; 2) as redes de interrelação entre os Jê meridionais e as demais populações que viviam na região; 3) as especificidades dos estilos tecnológicos, nomenclatura e significados funcionais/simbólicos da cultura material dos Jê meridionais; 4) as relações e as particularidades linguísticas entre/dos Jê meridionais e os demais grupos da família Jê; 5) a relação dos Jê meridionais com a formação de paisagens e a constituição de lugares significativos; 6) as dinâmicas de uso do espaço e os padrões de mobilidade dos Jê meridionais; 7) as relações entre os Jê meridionais e os colonizadores europeus.

## 2. Pontos de partida para a pesquisa sobre os povos Jê do sul: a superação da arqueologia da desqualificação e da desigualdade

Consideramos que ao longo da história da arqueologia brasileira, nos séculos 19 e 20, houve de modo mais ou menos explícito o racismo e a desqualificação dos Jê meridionais no meio acadêmico. O fato de alguns considerarem Reinhold Hensel ([1867] 1928) como o primeiro arqueólogo que atuou no Rio Grande do Sul, na década de 1860, quando desenterrou um contexto funerário Kaingang, é sintomático dessa postura que considerava como “escavação arqueológica” qualquer intervenção arbitrária em um sítio indígena (arbitrária no sentido de atuar sem autorização explícita dos indígenas). De fato, Hensel saqueou dois túmulos monticulares Kaingang que há pouco haviam sido erigidos, com as carnes dos mortos ainda em decomposição. Imaginemos os sentimentos dos Kaingang ao testemunharem tal cena, ocorrida dentro de uma colônia militar, onde estavam cercados pela milícia imperial. Pierre Mabilde (1983: 102-110) já havia feito em 1836 o mesmo tipo de intervenção

em vários túmulos, inclusive mentindo para o cacique Braga que não os havia profanado. Mas Mabilde (1983: 105) falou com bastante minúcia sobre a indignação dos Kaingang, declarando que em suas “fisionomias via-se, claramente, o abalo que sofriam diante da irreverência com que tinham sido tratados os seus túmulos”. O caso de Hensel foi possível porque atuou no momento em que a política pública era dedicada ao etnocídio, como deixava muito claro o relatório do Vice-Presidente da Província do Rio Grande do Sul à Assembleia Legislativa, em 1854 (apud Hörmeyer [1854] 1986: 81): “Depois que o aumento da nossa população tenha restringido os índios por todos os lados a um espaço pequeno e seus meios auxiliares... não sejam mais suficientes, quando surgirem neles novas necessidades que não mais podem ser satisfeitas pelos antigos meios, então também entre eles a civilização entrará por si, vigorosa e duradouramente...”.

Nesta última década surgiu uma pauta de pesquisas em outra direção, valorizando o conhecimento e a participação dos povos Jê meridionais. Temos inclusive propostas de pesquisas arqueológicas colaborativas com os Laklãnō (Xokleng) (Machado 2013) e com os Kaingang (Silva 2001; Rodrigues 2007). Portanto, investir no diálogo colaborativo, interdisciplinar e na construção de uma agenda de temas de investigação pressupõe considerar alguns “pontos de partida” que foram definidos ao longo da história da pesquisa, como apontamos a seguir.

### 2.1. Tradução de conceitos, definições e nomenclaturas

Desde o GT “Estudos Interdisciplinares dos Jê do sul” considerávamos de fundamental importância que os conceitos, definições e nomenclaturas fossem comuns e mutuamente compreendidos pelos arqueólogos, antropólogos, linguistas, historiadores e pesquisadores de outras disciplinas. Isto seria uma primeira etapa na direção de uma perspectiva americanista, ou seja, de elaboração de um *corpus* conceitual interdisciplinarmente inteligível para referir as populações estudadas e sua cultura material.

O uso de definições de significado restrito a uma única comunidade de cientistas dificulta o diálogo interdisciplinar. Exemplo disso é a situação histórica de separação, de preconceito e de ignorância dos não iniciados nos “jargões” da arqueologia brasileira, e que se manifesta na grande maioria das publicações de antropólogos, historiadores e linguistas.

Neste sentido, entendemos que as nomenclaturas Jê do sul, Jê meridional, Kaingang e Xokleng, já estão consagradas na literatura científica e são úteis para designar essas populações indígenas no âmbito acadêmico. O fundamento dessas nomenclaturas, diante de todas as informações coletadas e analisadas até agora, está assentado sobre quatro aspectos gerais em relação aos Kaingang e Xokleng: 1) eles possuem uma origem cultural comum na língua Proto-Jê-Meridional e na família linguística Jê; 2) seus conjuntos artefatuais e sistemas de implantação de aldeias na paisagem apresentam elementos semelhantes e recorrentes no registro arqueológico e podem/devem ser comparados com os dados históricos e etnográficos; 3) apesar das suas particularidades culturais os Kaingang e Xokleng compartilham uma matriz cultural comum como evidenciam estudos linguísticos e antropológicos; 4) as correlações linguísticas entre os Kaingang e Xokleng sugerem que eles tiveram uma história cultural comum.

Entendemos que o termo proto-Jê aplica-se apenas para as evidências relativas a um período determinado. Não há sentido em tratar todos contextos arqueológicos, indistintamente em termos cronológicos, como proto-jê, proto-kaingang ou proto-xokleng, como sugeriram Silva (2001) e Iriarte *et al.* (2013), pois apenas uma parte da evidência arqueológica foi produzida pelas “proto” populações. Seria relativo a um período inicial da história dos Kaingang e dos Xokleng, não para todo o período pré-colonial. Até porque ainda temos relativamente poucas datações e evidências analisadas que permitam reconhecer as variações entre os conjuntos artefatuais. Isto precisa ser pensado considerando o que dizem os linguistas sobre deriva genética e processos de separação de comunidades que culminam em ramificação linguística e cultural, em uma perspectiva sistê-

mica que considere os processos e dinâmicas de ocupação da região sul do Brasil.

O avanço recente da pesquisa linguística e histórica trouxe novidades para o cenário da investigação sobre os Jê meridionais, resgatando informações importantes esquecidas nas investigações anteriores. Trata-se do reconhecimento e inclusão de duas populações extintas, consideradas como Jê meridionais (ver abaixo). Trata-se dos Ingáin e dos Kimdá (Jolkeski 2010), cujo território e registro arqueológico ainda são praticamente desconhecidos em Misiones e Canindeyu. Seriam similares aos já conhecidos pela arqueologia dos Jê do sul? Se o registro arqueológico deles está nas áreas já conhecidas ou prospectadas, a sua cultura material e padrões de implantação dos assentamentos possuem características já mensuradas. Essas duas populações teriam um status similar ao dos Xokleng e Kaingang, como povos indígenas caracterizados individualmente no contexto americanista ou seriam “parcialidades”, como ocorre entre os Guarani?

Este problema por resolver gerou outro, que também não foi desenvolvido em termos de história e arqueologia no século 20, mas que foi apenas levantado por Noelli (1999), quando sugeriu o uso do termo Jê do Sul. A proposição visava um termo que desse conta do impasse gerado pela incapacidade (pela falta de problemas de pesquisa) de diferenciar o contexto arqueológico Xokleng e Kaingang.

## 2.2. As tipologias artefatuais e a sua relação com os Jê meridionais

Desde o final da década de 1960, os arqueólogos convencionaram chamar de Tradição Itararé, Tradição Taquara e Tradição Casa de Pedra as evidências materiais que estariam relacionadas aos ascendentes dos Jê meridionais, ignorando os processos de continuidade histórica, apesar de fazer algumas relações entre contexto arqueológico e os Kaingang e Xokleng (cf. histórico da criação das terminologias em Noelli 1999). Definir estas categorias, na perspectiva do PRONAPA (Dias 1995; Barreto 1999-2000), fazia sentido na medida em que

o programa tinha como pressuposto “tratar a cultura de uma maneira artificialmente separada dos seres humanos” (Meggers 1955: 129). Naquele momento, as pesquisas ainda estavam em sua fase inicial, e se fazia o primeiro mapeamento dessas evidências. Ainda se tinha muita precaução em estabelecer relações de continuidade entre as populações historicamente conhecidas e aquelas dos contextos arqueológicos. Isto é, não havia uma proposta/metodologia estabelecida para reconhecer que as populações Kaingang e Xokleng faziam parte de uma história indígena de *longue durée*. Ao mesmo tempo, não havia uma investigação sistemática e comparativa entre os registros arqueológicos e a cultura material (histórica e etnográfica) desses povos.

Atualmente, o campo científico é outro e já existe uma preocupação em buscar indicadores materiais deste processo de continuidade histórica e das diferenças regionais, mesmo que sutis, no registro arqueológico. Procura-se evidenciar tanto os aspectos de continuidade como de variabilidade (local e regional) e transformação nos seus modos de vida a partir do estudo de diferentes aspectos dos seus sistemas culturais (p.ex. Noelli 1999; Silva 1999; Araújo 2001; Silva 2001; Souza 2011; Corteletti 2013; Iriarte *et al.* 2014). Considerando a longa duração da presença Jê no sul do Brasil, em uma área ampla e diversificada ecológica e geomorfologicamente era de se esperar a diferenciação local e regional da sua cultura material e dos padrões de implantação dos sítios na paisagem. Porém, tais diferenças não se revelaram discrepantes, sugerindo uma permanência dos processos de transmissão de conhecimentos e de reprodução da cultura material ao longo do tempo.

### 2.3. Os dados arqueológicos da ocupação territorial Jê do sul

Os registros arqueológicos Jê meridionais (fig. 1) permitem concluir que as populações que colonizaram os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Província de Misiones (Argentina) e o Departamento de Canindeyu (Paraguai), o fizeram de uma forma sistemática por aproximadamente 2 mil anos

(Brochado 1984; Noelli 1999, 2004; Araújo 2001; Corteletti 2013). Já está óbvio que houve um processo de ocupação de partes dessas áreas a partir do crescimento demográfico de uma população que tinha uma matriz cultural comum, que transmitia regionalmente os seus conhecimentos tecnológicos que permitiam a contínua reprodução dos padrões da cultura material e da subsistência, e a manutenção dos sistemas de implantação dos sítios na paisagem.

Se alguém realizar um projeto de estudo de larga escala e comparado de todas as coleções museológicas de vasilhas cerâmicas (arqueológicas e etnográficas), irá constatar que as mesmas apresentam atributos comuns. Além disso, que a variabilidade (sincrônica) e as variações (diacrônicas) em cada uma das classes de vasilhas ficam estatisticamente próximas não havendo modificações que formem conjuntos artefatuais relevantemente distintos entre si. Contudo, Souza (2011) vem mostrando que é na análise de vasilhas completas que se poderá ter condições de verificar variações regionais (com. pessoal 2016). As classes funcionais das vasilhas Kaingang foram reconhecidas por Miller (1978) e Robrahn-González (1997), enquanto que as Xokleng ainda não foram estudadas devido à situação histórica que impediu a permanência das cerâmicas entre eles (existem algumas coleções de vasilhas inteiras feitas no século XX, no MARquE/UFSC, em Santa Catarina). Mas as vasilhas cerâmicas Kaingang e Xokleng e a cadeia operatória da sua produção foram observadas desde o século XIX, permitindo constatar que apresentavam um estilo tecnológico muito semelhante (Silva 1999).

Da mesma forma ainda se faz necessário um levantamento sistemático das fontes históricas e linguísticas sobre a cultura material e sua terminologia indígena, sobre os sistemas de assentamento e o manejo do ambiente, a exemplo do que fizemos para os Guarani (Noelli 1993) e Asurini do Xingu (Silva 2000). Os museus e outras instituições científicas possuem vários conjuntos artefatuais arqueológicos e etnográficos com enorme potencial para uma pesquisa comparada em nível interdisciplinar. As matérias publicadas nos jornais locais também são um campo inteiramente aberto à pesquisa,

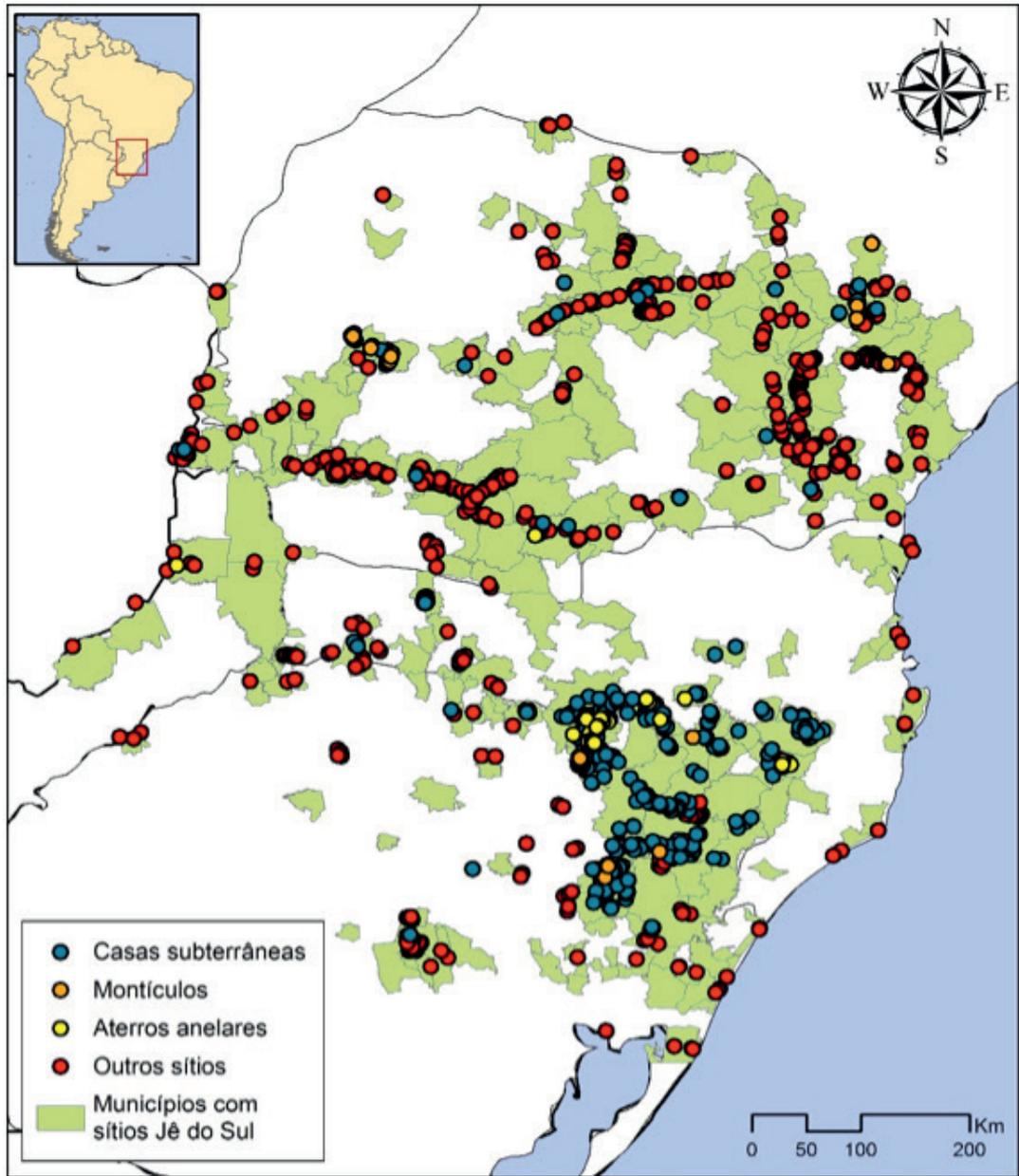


Fig. 1. Mapa dos sítios arqueológicos Jê do Sul e áreas dos municípios com sítios registrados.

sendo uma lacuna enorme a ser explorada e que poderá revelar e complementar inúmeros casos cotidianos e outros tipos de informação de interesse arqueológico, etnográfico e histórico. E há muitas fontes conhecidas em listas bibliográficas, mas que ainda permanecem inéditas para os arqueólogos contemporâneos, como é o

caso de August Kunert, sobre os contatos com os Jê nas áreas de colonização de imigrantes europeus no sul do Brasil. Kunert (1890, 1892), a partir do relato de um colono alemão prisioneiro dos Kaingang, parece ser um raro caso que fez menção ao contexto etnográfico sobre a forma e o uso dos aterros anelares, inclusive

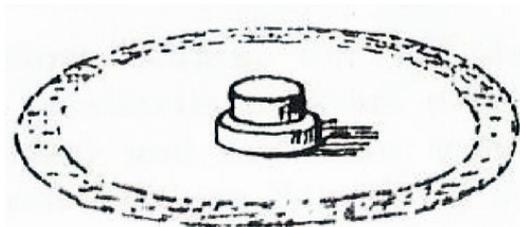


Fig. 2. Croqui de aterro anelar no final do século XIX, perto do Morro do Diabo, São Vendelino\RS, por August Kunert

publicando um croqui do *Kreislaufspur* (“círculo do zodíaco”) (fig. 2):

Ele estava localizado nas imediações do Morro do Diabo (município de São Vendelino – RS): “Quando os primeiros colonos ali penetraram a mata ainda encontraram os fogos de acampamento queimando, velha cabana feita de juncos e grande círculo do zodíaco bastante pisoteado. (Eles designam, o local de bailão dos bugres = Buger Tanzplatz). Dentro desse círculo haviam estado sentados os assistentes, o que é reconhecível nos afundamentos existentes no solo, e muito provavelmente haviam executado música em flautas de bambu, pois em toda a parte havia dessas flautas. Não havia rasto conduzindo para fora do círculo” (Kunert 1892:504). Em outro artigo, Kunert (1890: 34-35) trata do aspecto externo e do uso do aterro anelar: “O que mais chamou a atenção foi uma grande *linha de circulação do zodíaco*, em cujo centro se encontrava elevação construída com argila dura. [O] colono que esteve alguns meses prisioneiro entre indígenas contou-me que quando da morte de um homem era aceso fogo fumegante e que a assembleia, dependendo da direção da fumaça dançava sobre a linha de circulação com alegria ou lamento” (a forma truncada da redação original dos dois artigos foi fielmente traduzida por Martin Dreher 2015).

A monumentalidade dos sítios Jê entrou na pauta de investigações no final da década de 1990 – a partir de uma mudança nas estratégias de campo – avançando com resultados cada vez mais expressivos até o presente. Antes, a maioria das pesquisas estava dedicada à realização de prospecções e levantamentos expeditos dos sítios

arqueológicos e isto não gerava dados sobre o contexto sistêmico de implantação dos sítios na paisagem. Muitas dessas pesquisas partiam de pressupostos degeneracionistas (Noelli & Ferreira 2007), que regularmente tendiam a considerar os Jê meridionais como “primitivos”, “atrasados”, “pobres” e “nômades” (Noelli 2004).

O século XXI trouxe novas perspectivas e estratégias que levaram os conhecimentos do contexto arqueológico a um patamar inimaginável anteriormente. Atualmente, áreas com pesquisas mais intensas têm revelado paisagens rituais altamente estruturadas, com densos agrupamentos de casas subterrâneas na vizinhança de aterros anelares e montículos funerários (Saldanha 2005; Panek & Noelli 2006; Souza 2012; Iriarte *et al.* 2013). Investigações recentes mostram a existência de centros cerimoniais com formas arquitetônicas complexas, dimensões que chegam aos 180m de diâmetro, evidências de festins mortuários e tratamentos funerários diferenciados para poucos indivíduos (Iriarte *et al.* 2008, 2013; De Masi 2009; Souza 2012). Ao mesmo tempo, os sítios de casas subterrâneas têm cada vez mais sido interpretados como permanentes, previamente planejados e organizados em hierarquias regionais, com lugares centrais e sítios-satélites (Saldanha 2005; Copé 2006; Iriarte *et al.* 2013; Souza 2015).

#### 2.4. Os estudos linguísticos

Os avanços recentes na linguística ampliaram os conhecimentos produzidos até os primeiros anos do século XXI, permitindo revisar e atualizar a nossa primeira perspectiva interdisciplinar sobre a ocupação Jê no sul do Brasil (Noelli 1999, 1999-2000, 2004). D’Angelis (2007-2008) e Jolkeski (2010) publicaram uma nova síntese baseada em análises mais completas e sistemáticas, explicitando suas fontes de informação como antes não acontecia e oferecendo novas perspectivas teóricas e metodológicas alinhadas com o que há de melhor em nível internacional. Continuamos acreditando na importância dos arqueólogos estarem atentos ao trabalho dos linguistas, seguindo de perto os seus progressos e usando os seus modelos para

orientar suas interpretações dos processos ocorridos no passado. A interdisciplinaridade devia ser uma regra, para que linguistas e arqueólogos possam calibrar mutuamente suas análises, pois o resultado dessa colaboração deverá aportar modelos e teorias mais completos.

D'Angelis e Jolkesky atualizaram e refinaram as pesquisas anteriores sobre as relações dos Jê meridionais com a família linguística Jê, apesar das limitações que ainda existem para determinar a classificação interna desta família (Jolkesky 2010: 6). Isto é um fato que confirma que os Kaingang e os Xokleng descendem de populações que ocuparam a região sul e o Estado de São Paulo a partir do norte, onde se encontravam os demais falantes das línguas Jê e Macro-Jê. Isso confirma o que apontamos anteriormente (Noelli 1999), de que a Tradição Taquara-Itararé não era um desenvolvimento da Tradição Humaitá (Altoparanaense). Esta era a hipótese de Menghin (1956-1957), sobre uma população meridional antiga que adotou a cerâmica e agricultura por difusão. Ao contrário, foi uma população ceramista e agricultora que se expandiu por partes de São Paulo, da região sul do Brasil, de Misiones e Canindeyu.

D'Angelis e Jolkesky denominaram a língua falada por esta população original como Proto-Jê Meridional (PJM). Ela deu origem a dois subgrupos: 1) **ocidental**, com as línguas extintas Ingain e Kimdá (áreas de Misiones e Canindeyu); 2) **oriental**, com as línguas Xokleng, Kaingang e Kaingang Paulista. Conforme a análise das “porcentagens de retenção lexical com as respectivas divergências temporais”, Jolkesky (2010: 269) concluiu que os Xokleng se separaram do grupo oriental ao redor de 1390 d.C. e ele mostra que a porcentagem de retenção lexical entre o Xokleng e as línguas Kaingang é de 97%.

Na língua PJM (Jolkesky 2010: 249), já existia a palavra “panela”, reconstruída como \*kukrū(w), assim como diversas palavras associadas à agricultura e ao processamento de alimentos, demonstrando claramente que os falantes do PJM eram agricultores e ceramistas. Ao contrário de serem “agricultores incipientes” e “neolitizados” pela difusão cerâmica, com “expressão apenas regional”, como se acreditava

anteriormente (Becker 1976; Schmitz 1988; Prous 1992: 310), os Jê do sul partilhavam do sofisticado sistema de manejo agroflorestral similar ao identificado para os Kayapó (Posey 1987; Noelli 1996, 1999-2000, 2000). Agora, a partir desta nova perspectiva, podemos compreender porque ainda não se conseguiu distinguir os conjuntos cerâmicos Kaingang e Xokleng. A sua separação é recente como mostra Jolkesky, ao redor de 700 anos atrás, sendo necessário buscar compreender as causas de haver mais semelhanças que diferenças no conjunto artefactual Taquara-Itararé a partir de premissas semelhantes às que deram sustentação ao subgrupo oriental do PJM, partindo da perspectiva dos estudos de transmissão e manutenção do conhecimento tradicional.

## 2.5. A relação entre os Jê do sul e os demais Jê ao norte de São Paulo

A maior lacuna está na falta de conexão em relação aos conjuntos artefatuais das populações Jê do sul com os Jê ao norte de São Paulo, a partir de Minas Gerais e Rio de Janeiro, onde ainda não foi desenvolvida uma investigação comparativa apropriada, como foi primeiramente sugerida por Brochado (1984). O problema central reside no fato dos arqueólogos ainda estarem presos aos conceitos que definem as “Tradições Arqueológicas” e não ficarem mais atentos aos elementos estatisticamente comparáveis do registro arqueológico, bem como não tentarem atualizar as comparações etnológicas estabelecidas por Hermann Ploetz e Alfred Métraux (1930), como já sugerimos anteriormente (Noelli 1999, 2004). Isto já começou a ser sanado (Souza 2011; Araújo et al. 2016) e está em andamento nas investigações mais recentes, a exemplo de outros capítulos deste livro.

## 3. A Arqueologia dos Jê do sul e a sua relevância social

Não se deve esquecer que os temas da pesquisa sobre os povos Jê do sul têm uma relação direta com as experiências reais vivenciadas por

eles. Vários dos problemas ligados à demarcação territorial, à exploração dos recursos ambientais nas suas terras, à subsistência, às necessidades materiais, preconceitos, violências e abusos diversos, dentre outros, podem encontrar subsídios nas pesquisas interdisciplinares.

Para nós existem claras relações entre o passado arqueológico, o passado histórico e o presente etnográfico. Tais relações, porém, nem sempre apareceram de forma clara para os arqueólogos e, em parte, isto está relacionado ao modo como a arqueologia se desenvolveu no Brasil – quase sempre distanciada das demais disciplinas e dos povos indígenas.

Cabe lembrar que a institucionalização da arqueologia no Brasil iniciou no século XIX, no âmbito dos museus (Museu Paulista, Museu Nacional, Museu Paraense, Museu Paranaense) e se caracterizou pela relação da disciplina com o nacionalismo, a mundialização da ciência e o colonialismo (Ferreira 2010). Influenciada pelo naturalismo e evolucionismo, a arqueologia deste período estava aliada à antropologia biológica e concentrou sua atenção, principalmente, nas investigações sobre a origem e evolução humana e na classificação das evidências arqueológicas no quadro evolutivo de raças e culturas. Na primeira metade do século XX, a arqueologia se distancia dos museus e vai se constituindo como uma disciplina interessada na pré-história das populações. Este é o período de consolidação da pesquisa arqueológica no âmbito acadêmico, com a criação de centros de pesquisa, de investimento na capacitação profissional e de campanhas preservacionistas. Intelectuais como Luis de Castro Faria, Paulo Duarte e José Loureiro Fernandes foram grandes incentivadores do debate sobre a importância da pesquisa e preservação dos registros arqueológicos, atuando para a promulgação e regulamentação de legislações de proteção do patrimônio arqueológico – incluindo a Lei Federal 3924 de 26/07/1961 (Barreto 1999-2000; Fernandes 2007). As décadas de 1950 e 1960 se caracterizaram pela presença de pesquisadores franceses (Missão Francesa) e norte-americanos (PRONAPA/Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas) que atuaram na formação teórica e metodológica de uma geração de arqueólogos brasileiros. Pode-se dizer que até a década de 1980

a arqueologia se caracterizou como tecnicista e descritiva. O PRONAPA tinha seus objetivos voltados à definição de tipologias artefatuais e quadros cronológicos de distribuição de conjuntos arqueológicos (tradições e fases), para entender o passado pré-colonial, em termos da distribuição no tempo e no espaço das culturas arqueológicas. A Missão Francesa se dedicou à aplicação de técnicas de escavação em superfícies amplas e análises artefatuais – embasadas na tradição francesa de Leroi-Gourhan – com o objetivo de compreender pontualmente aspectos da vida e das tecnologias das populações pré-históricas (Dias 1995; Barreto 1999-2000).

O legado desta história foi a construção de um passado indígena pré-colonial que não se conectava com as trajetórias histórico-culturais das populações indígenas no presente. Os arqueólogos – com algumas exceções – foram se alienando dos conhecimentos produzidos pela história, linguística e etnologia indígenas e, ao mesmo tempo, se colocavam distantes das questões relacionadas com as lutas dos povos indígenas. A arqueologia relativa aos povos Jê meridionais não foi uma exceção. Para Noelli (1999) até o final da década de 1980 as relações entre os conjuntos cerâmicos (Itararé, Casa de Pedra e Taquara), sua distribuição geográfica e a trajetória cultural das populações Jê meridionais não foram investigadas com o objetivo de incluir sistematicamente os dados linguísticos, etnográficos e históricos. A honrosa exceção foi Tom Miller (1978), com seu estudo sobre as cerâmicas dos Kaingang paulistas que abriu o caminho sobre o tema no contexto da arqueologia brasileira.

Este cenário de descolamento da pesquisa arqueológica em relação às pesquisas etnológicas e históricas começou a se transformar de forma mais substantiva a partir de 1984, quando a tese de José Brochado defendia a premissa de se construir uma relação de continuidade entre o passado pré-colonial e as populações indígenas no presente, ou seja, de fazer a história cultural das populações indígenas. No entanto, foi somente a partir da década de noventa, com a retomada do diálogo com a antropologia, a história indígena e a linguística que a pesquisa com povos indígenas começou de fato a fazer parte da agenda arqueológica (p. ex. Wüst 1991; Noelli

1993; Eremites de Oliveira 1996, 2002; Hec-kenberger 1996; Neves 1998; Silva 2000; Silva 2001). Na última década, surgiram as primeiras pesquisas arqueológicas colaborativas com povos indígenas no âmbito da arqueologia acadêmica, da consultoria indigenista e da arqueologia de contrato (referências em Silva 2012). Apesar das novas perspectivas de pesquisa, o legado das práticas arqueológicas distanciadas das realidades indígenas ainda se faz presente.

Alguns autores apontam que a história da arqueologia brasileira precisa ser entendida no contexto das políticas colonialistas, tutelares e assimilacionistas dos governos brasileiros em relação aos povos indígenas – dentre as quais a política indigenista é um exemplo. Segundo Noelli & Ferreira (2007), no século XIX, apoiada na teoria da degeneração indígena, a arqueologia contribuiu para produzir uma imagem das populações indígenas como estagnadas e degeneradas em processo que se explicava por um suposto determinismo ambiental e pela miscigenação. Esta percepção dos povos indígenas foi reiterada nos primeiros anos do período republicano sob a roupagem de uma arqueologia embasada no neo-evolucionismo e na ecologia cultural e que nos legou as classificações das populações indígenas em áreas culturais e em tipologias definidas a partir de níveis de integração sociocultural e estágios de evolução cultural. Com o PRONAPA, sob a influência da obra de Betty Meggers, se intensificaria o legado determinista ecológico, colocando mais uma vez os povos indígenas sob o estereótipo da degeneração cultural, com seus modos de vida determinados pelas potencialidades e deficiências ambientais. Este legado persistiu até o final do século XX quando começaram a surgir novas estimativas sobre a densidade populacional no período pré-colonial, as ideias sobre a complexidade social dos povos amazônicos e os dados sobre os aspectos culturalmente construídos das paisagens ameríndias. No entanto, este novo paradigma que, por um lado, apontava para a sofisticação das culturas indígenas no período pré-contato, por outro, evidenciava a perda das populações atuais, daquela plenitude e complexidade de outrora. A partir disso mais uma vez a degeneração das populações indígenas reaparecia, desta vez envol-

ta no drama do encontro colonial e a distância entre as populações indígenas do passado e as atuais era reiterada pela arqueologia (Viveiros de Castro 2002).

#### 4. Conclusão

Nos últimos vinte anos, com a diversificação das instituições de ensino e pesquisa em arqueologia e a ampliação do número de pesquisadores com posicionamentos teórico-metodológicos dos mais diversos, a arqueologia brasileira está revendo suas práticas e pressupostos científicos e, ao mesmo tempo, buscando aproximar os povos indígenas do passado e do presente. Além disso, tem refletido sobre o seu papel e responsabilidade em relação à gestão do patrimônio arqueológico neste cenário pluricultural que define o Brasil. Porém, a situação que estamos vivendo – no âmbito das políticas econômicas e ambientais e dos trâmites burocráticos da legislação indigenista e do patrimônio arqueológico – nos mostra que ainda temos um longo caminho pela frente até conseguirmos entrelaçar a arqueologia com a história dos povos indígenas no Brasil.

Cabe dizer que esta reconfiguração da arqueologia – resultado das críticas pós-colonialistas e do fortalecimento dos movimentos sociais nas últimas décadas – acompanha um movimento que vem sendo realizado pela disciplina no mundo ocidental. Neste processo tem sido enfatizada a reflexão sobre a relevância social da arqueologia, bem como o reconhecimento de que o conhecimento arqueológico precisa ser compartilhado para além do campo científico.

Portanto, uma abordagem sobre a trajetória histórica, a dinâmica cultural e o processo de expansão e ocupação territorial dos povos Jê do sul que tenha como objetivo apreender as suas particularidades e vicissitudes ao longo do tempo, a nosso ver, necessariamente, pressupõe a utilização de todas as informações possíveis (linguísticas, históricas, arqueológicas e etnográficas). Além disso, o interesse manifesto dos povos indígenas em reafirmar sua tradição cultural e identidade, através da sua tradição oral e memória pode ser respaldado ainda mais pela história indígena, linguística, antropologia e arqueologia.

## Agradecimentos

Ao CNPq pela bolsa produtividade (F.A. Silva) e ao MAE/USP pelo auxílio para realizar em 2014 o Simpósio LINTT/LAPGEO. A Ro-

drigo Venzon pela referência de Joseph Hörmeyer. A Jonas Gregório de Souza, pelas sugestões importantes e elaboração da figura 1. A Martin Dreher, pela tradução do texto em alemão dos artigos de August Kunert.

SILVA, F.A.; NOELLI, F.S. Indigenous history and archaeology: A reflection from the studies on Southern Jê. R. Museu Arq. Etn., 27: 5-20, 2016.

**Abstract:** This article is a explanation of the recent history of archaeological research in the interdisciplinary field of research on the indigenous people Jê Meridionais. It is also a reflection on the impact of degeneracionist theory in the fundamentals of archeology practiced in southern Brazil, and it is a consideration on the possibilities of new research topics about indigenous people Jê Meridionais.

**Keywords:** Southern Jê; Archaeology; Anthropology; Interdisciplinarity; History of Science

## Referências Bibliográficas

- Araújo, A.M. 2001. *Teoria e método em Arqueologia Regional: um estudo de caso no Alto Paranapanema, Estado de São Paulo*. Doutorado em Arqueologia, Universidade de São Paulo.
- Araújo, A.M. et al. 2016. A Tradição Itararé-Taquara na região centrado do Estado de São Paulo: O sítio Benedito Machado, Botucatu (SP) e suas possíveis relações com o Brasil Central. *Cadernos do LEPAARQ*, 13(25): 7-23.
- Barreto, C.B. 1999-2000. A construção de um passado pré-colonial: uma breve História da Arqueologia Brasileira. *Revista USP*, 44 (1): 32-51.
- Becker, I. 1976. *O Índio Kaingang do Rio Grande do Sul*. Instituto Anchieta de Pesquisas/Unisinos: São Leopoldo.
- Brochado, J.J.J.P. 1984. *An ecological model of the spread of pottery and agriculture into Eastern South America*. PhD Thesis. University of Illinois at Urbana-Champaign, Urbana, EEUU.
- Colwell-Chanthaphon, C. & Ferguson, T.J. (Eds.) 2008. *Collaboration in Archaeological Practice. Engaging descendent communities*. Altamira Press: Lanham.
- Copé, S.M. 2006. *Les grands constructeurs précoloniaux du plateau du sud du Brésil: étude de paysages archéologiques à Bom Jesus, Rio Grande do Sul, Brésil*. Tese de doutorado. Université de Paris I – Pantheon – Sorbonne, Paris.
- Corteletti, R. 2013. *Projeto Arqueológico Alto Canoas - PARACA: um estudo da presença Jê no planalto catarinense*. Tese de doutorado. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- D'Angelis, W.R. 2007-2008. *Pensar o Proto-Jê Meridional e visitar o Proto-Jê, numa abordagem pragueana*. Relatório de Pós-Doutorado. LALI/UnB, Brasília.

- De Masi, M.A.N. 2009. Centros cerimoniais do planalto meridional: uma análise intrasítio. *Revista de Arqueologia*, 22: 99-113.
- Dias, A.S. 1995. Um projeto para a arqueologia brasileira: breve histórico da implementação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA). *Revista do CEPA*, 19 (22): 25-39.
- Eremitas de Oliveira, J. 1996. *Guató – Argonautas do Pantanal*. EDIPUCRS, Porto Alegre.
- Eremitas de Oliveira, J. 2002. *Da Pré-História à História Indígena: (Re)pensando a Arqueologia e os Povos Canoieiros do Pantanal*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre.
- Ferguson, T.J. & Colwell-Chanthaphon, C. 2006. *History is in the land. Multivocal tribal traditions in Arizona's San Pedro Valley*. The University of Arizona Press, Tucson.
- Fernandes, T. 2007. *Vamos criar um sentimento? Um olhar sobre a arqueologia pública no Brasil*. Dissertação de mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Ferreira, L.M. 2010. *Território Primitivo: a institucionalização da arqueologia no Brasil (1870-1917)*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Flexner, J.L. 2014. Historical archaeology, contact and colonialism in Oceania. *Journal of Archaeological Research*, 22 (1): 43-87.
- Funari, P.P.; Hall, M. & Jones, S. (Eds) 1999. *Historical Archaeology: back from the edge*. Routledge: London.
- Heckenberger, M. 1996. *War and Peace in the Shadow of Empire: Sociopolitical Change in the Upper Xingu of Southeastern Amazonia, A.D. 1400-2000*. PhD Thesis. University of Pittsburgh, Ann Arbor.
- Hensel, R. [1867] 1928. Os Coroados da Província Brasileira do Rio Grande do Sul. *Revista do Museu e Archivo Público do Rio Grande do Sul*, 20: 65-79.
- Hörmeyer, J. [1854] 1986. *O Rio Grande do Sul de 1850*. EDUNISUL: Porto Alegre.
- Iriarte, J.; Copé, S.M.; Fradley, M.; Lockhart, J.J.; Gillam, J.C. 2013. Sacred landscapes of the southern Brazilian highlands: Understanding southern proto-Jê mound and enclosure complexes. *Journal of Anthropological Archaeology*, 32 (1): 74-96.
- Iriarte, J.; De Blasis, P.; Mayle, F.; Corteletti, R.; Fradley, M.; Cardenas, M.; Souza, J.G. 2014. Paisagens Jê Meridionais: Ecologia, História e Poder numa Paisagem Transicional durante o Holoceno Tardio. *Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)*, 22: 239-253.
- Iriarte, J.; Gillam, J.C. & Marozzi, O. 2008. Monumental burials and memorial feasting: an example from the southern Brazilian highlands. *Antiquity*, 82: 947-961.
- Jolkeski, M.P. 2010. *Reconstrução fonológica e lexical do Proto-Jê meridional*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Kunert, A. 1890. Rio grandenser Alterthümer. *Verhandlungen der Berliner Gesellschaft für Anthropologie, Ethnologie und Urgeschichte*, publicado como encarte na *Zeitschrift für Ethnologie*, 22: 31-37.
- Kunert, A. 1892. Südbrasilianische Höhlen und Rückstände der früheren Bewohner. *Zeitschrift für Ethnologie*, 24: 502-504.
- Lightfoot, K. 1995. Culture contact studies: Redefining the relationship between prehistoric and historical archaeology. *American Antiquity*, 60 (2): 199-217.
- Mabilde, P.B. 1983. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação dos Coroados dos Matos do Rio Grande do Sul*. IBRASA: São Paulo.

- Machado, J.S. 2013. História(s) indígena(s) e a prática arqueológica colaborativa. *Revista de Arqueologia*, 26: 72-85.
- Meggers, B.J. 1955. The coming of age of American Archaeology. In: Newman, M.T. (Ed.). *New Interpretations of aboriginal American Culture History*. Washington, 75th Anniversary of the Anthropological Society of Washington. p. 116-129.
- Menghin, O. 1956-1957. El poblamiento prehistórico de Misiones. *Anales de Arqueología y Etnología*, 12: 19-40.
- Miller, T. 1978. Tecnologia cerâmica dos Kaingang Paulistas. *Arquivos do Museu Paranaense, Nova Série*, 2. pp.1-51.
- Mota, L.T.; Noelli, F.S. & Tommasino, K. 2000. *Uri e Wáxi. Estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: EDUEL.
- Neves, E.G. 1998. *Paths in the dark waters: archaeology as indigenous history in the Upper Rio Negro Basin, northwest Amazon*. PhD Thesis. Indiana University, Bloomington.
- Noelli, F.S. 1993. *Sem Tekohá não há Tekó (em busca de um modelo etnoarqueológico da subsistência e da aldeia Guarani aplicado a uma área de domínio no delta do Jacuí-RS)*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Noelli, F.S. 1996. Os Jê do Brasil meridional e a antiguidade da agricultura: elementos da linguística, arqueologia e etnografia. *Estudos Ibero-Americanos*, 22(1): 13-26.
- Noelli, F.S. 1999. Repensando os rótulos e a história dos Jê no sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 3: 285- 302.
- Noelli, F.S. 1999-2000. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas, 1872-2000. *Revista USP*, 44 (2): 218-269.
- Noelli, F.S. 2000. Documentação histórica do limite meridional da Araucaria angustifolia e do início do processo de desmatamento no Rio Grande do Sul, Brasil. *Napaea*, 12: 69-74.
- Noelli, F.S. 2004. O mapa arqueológico dos povos Jê no sul do Brasil. In: Tommasino, K.; Mota, L.T. & Noelli, F.S. (Orgs.) *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: EDUEL, pp. 17-55.
- Noelli, F.S. 2005. Rethinking stereotypes and the History of research on Jê Populations in South Brazil: An interdisciplinary point of view. In: Funari, P.P.; Zarankin, A. e Stovel, E. (Eds.) *Global Archaeological Theory: contextual voices and contemporary thoughts*. 167-190.
- Noelli, F.S. & Ferreira, L. 2007. A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira. *História, Ciência, Saúde – Mangueiras*, 14 (4): 1239-1264.
- Noelli, F.S. Silva, F.A.; Veiga, J.; Tommasino, K.; Mota, L.T. e D'Angelis, W.R. 1998 *Bibliografia Kaingang: referências sobre um povo Jê do sul do Brasil*. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina.
- Oliver, J. 2010. *Landscapes and social transformations on the Northwest Coast. Colonial encounters in the Fraser Valley*. Arizona of University Press, Tucson.
- Panek Jr., C.A.; Noelli, F.S. 2006. A distribuição geográfica dos sítios arqueológicos Jê com estruturas semi-subterrâneas no sul do Brasil. In: De Masi, M.A. (org). *Xokleng 2860 a.C.: as terras altas do sul do Brasil*. Tubarão: Editora Unisul. pp. 115-123.
- Ploetz, H. & Métraux, A. 1930. La Civilisation Matérielle et la vie sociale et religieuse des indiens Zê du Brésil méridional et oriental. *Revista del Instituto de Etnología de la Universidad Nacional de Tucumán*, 1: 107-238.

- Posey, D.A. 1987. Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó). In: Ribeiro, D. (Ed.) *Suma Etnológica Brasileira v. 1. Vozes/Finep, Petrópolis, 173-185.*
- Prous, A. 1992. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: UnB.
- Robrahn-González, E.M. 1997. O acervo etnológico do MAE/USP: estudo do vasilhame cerâmico Kaingáng. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, 7: 133-141.*
- Rodrigues, R.A. 2003. *Os caçadores-ceramistas do sertão paulista: um estudo etnoarqueológico da ocupação Kaingang no vale do rio Feio/Aguapeí*. Tese de doutorado. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Rubertone, P. 2000. The historical archaeology of Native Americans. *Annual Review of Anthropology, 29: 425-446.*
- Saldanha, J.D.M. 2005. *Paisagem, lugares e cultura material: uma arqueologia espacial nas terras altas do sul do Brasil*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Schmitz, P.I. 1988. As tradições ceramistas do Planalto Sul-Brasileiro. *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Documentos, 2: 75-130.*
- Silliman, S.W. 2001. Agency, practical politics and the archaeology of culture contact. *Journal of Social Archaeology, 1 (2): 190-209.*
- Silliman, S.W. 2005. Culture contact or colonialism? Challenges in the archaeology of Native North America. *American Antiquity, 70 (1): 55-74.*
- Silliman, S.W. (Ed.). 2008. *Collaborating at the Trowel's Edge: Teaching and Learning in Indigenous Archaeology*. Arizona University Press, Tucson.
- Silliman, S.W. 2009. Change and continuity, practice and memory: Native American persistence in colonial New England. *American Antiquity, 74 (2): 211-230.*
- Silva, F.A. 1999. As cerâmicas dos Jê do Sul do Brasil e os seus estilos tecnológicos: elementos para uma etnoarqueologia Kaingang e Xokleng. *Revista do CEPA, 23/30: 57-73.*
- Silva, F.A. 2000. *As Tecnologias e seus Significados*. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Silva, F.A. 2012. O plural e o singular das arqueologias indígenas. *Revista de Arqueologia, 25 (2): 24-42.*
- Silva, F.A. & Noelli, F.S. 1996. Para uma síntese dos Jê do Sul: igualdades, diferenças e dúvidas para a etnografia, etno-história e arqueologia. *Estudos Ibero-Americanos, 22(1): 5-13.*
- Silva, F.A. & Noelli, F.S. 2015. Mobility and territorial occupation of the Asurini do Xingu, Pará, Brazil: An Archaeology of the recent past in the Amazon. *Latin American Antiquity, 26(4): 493-511.*
- Silva, S.B. 2001. *Etnoarqueologia dos Grafismos Kaingáng: Um Modelo Para a Compreensão das Sociedades Proto-Jê Meridionais*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Souza, J.G. 2011. Linguistics, archaeology, and the histories of language spread: the case of the Southern Jê languages, Brazil. *Cadernos de Etnolinguística, 3: 1-16.*
- Souza, J.G. 2012. *Paisagem Ritual no Planalto Meridional Brasileiro: complexos de aterros anelares e montículos funerários em Pinhal da Serra, RS*. (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Souza, J.G. 2015. Centros cerimoniais e sistemas de assentamento Jê do Sul. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, suplemento 20: 49-55.*

Tommasino, K.; Mota, L.T. & Noelli, F.S. (Orgs.)  
2004. *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Eduel, Londrina.

Viveiros de Castro, E.B. 2002. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. Cosac & Naify, Rio de Janeiro.

Wüst, I. 1991. *Continuidade e Mudança: Para uma Interpretação dos Grupos Pré-Coloniais da Bacia do Rio Vermelho, Mato Grosso*. Tese de doutorado. Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.